



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,37% São Paulo	183.476 25/9 186.340 28/9 29/9 30/9	R\$ 5,175 (- 0,81%)	Últimos 23/setembro 5,168 24/setembro 5,193 25/setembro 5,181 28/setembro 5,226 29/setembro 5,217	R\$ 1.621	13,65%	13,65%	Abri/2026 0,67 Maio/2026 0,58 Junho/2026 0,16 Julho/2026 0,07 agosto/2026 -0,32

COMÉRCIO EXTERIOR

EUA estudam fazer mudanças no tarifação

Em meio ao clima eleitoral, autoridades brasileiras tentam avançar nas negociações com representante do comércio de Donald Trump

» FERNANDA STRICKLAND

Jessica Prado Ascom/Mdic



A reunião entre Márcio Elias (E) e Vieira (D) com Greer (C), representante de comércio dos EUA, ocorreu em paralelo ao encontro do G20

O governo dos Estados Unidos deve encaminhar, nas próximas semanas, uma nova proposta para avançar nas negociações sobre as tarifas impostas a produtos brasileiros. A informação foi divulgada, ontem, pelos Ministérios das Relações Exteriores (MRE) e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), após uma reunião entre autoridades dos dois países em Milwaukee, nos Estados Unidos.

Os ministros Mauro Vieira (Relações Exteriores) e Márcio Elias Rosa (MDIC) se reuniram por cerca de 40 minutos com o representante comercial da Casa Branca, Jamieson Greer. O encontro ocorreu às margens da reunião ministerial de comércio do G20, que reúne Brasil e Estados Unidos.

Segundo comunicado conjunto dos ministérios brasileiros, o governo norte-americano deverá apresentar um documento com uma proposta sobre o escopo das negociações. O texto deverá contemplar questões tarifárias e não tarifárias entre os dois países. Também foi acordada a criação de um grupo de trabalho para discutir temas relacionados a um possível acordo comercial entre Brasil e Estados Unidos.

Após a reunião, Márcio Elias Rosa afirmou que as delegações convergiram sobre a necessidade de estabelecer um escopo para as próximas etapas das negociações. “Apresentamos nossos argumentos, o quão injusta e indevida são as tarifas que são impostas no Brasil na atualidade. Eles assumiram o compromisso de nos encaminhar nas próximas semanas um escopo das discussões daqui pra frente”, declarou.

Segundo o ministro, o encontro não foi apenas mais uma rodada de conversas. “Foi uma reunião importante, em que nós reapresentamos argumentos que vínhamos debatendo e eles também apresentaram os seus argumentos”, afirmou.

Diálogo

A reunião em Milwaukee foi apresentada pelo governo brasileiro como uma continuidade do diálogo iniciado entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump. Em conversa recente, os dois chefes de Estado concordaram em orientar

suas respectivas equipes a retomar as negociações sobre as tarifas.

Desde então, as equipes dos dois países deram sequência às conversas, com a perspectiva de estabelecer termos de referência para orientar a continuidade das negociações. Na reunião de ontem, os ministros brasileiros reafirmaram a disposição de buscar soluções por meio do diálogo e da negociação para os temas que afetam o comércio bilateral.

A orientação, segundo o comunicado, é preservar os interesses brasileiros e ampliar as oportunidades para empresas e

setores produtivos dos dois países. “Os dois países reconheceram conjuntamente a importância de avançar na superação dos obstáculos existentes e manifestaram disposição de trabalhar de forma célere na busca de um entendimento mutuamente satisfatório”, informou a nota.

Os Estados Unidos são o segundo maior parceiro comercial do Brasil, atrás apenas da China. Integrantes do governo brasileiro têm defendido a negociação como caminho para buscar um consenso sobre as tarifas e os demais pontos que afetam a relação comercial entre os

dois países. A reunião de ministros de comércio do G20 em Milwaukee começou ontem e termina hoje.

Comissão Europeia

Também ontem, os ministros brasileiros se reuniram com o Comissário para Comércio e Segurança Econômica da Comissão Europeia, Maroš Šefčovic. Trataram das medidas europeias de restrição à importação de aço e do uso de antimicrobianos em produtos agrícolas.

“Sobre as medidas relativas a aço, o lado europeu indicou que está em andamento uma revisão



Apresentamos nossos argumentos, o quão injusta e indevida são as tarifas que são impostas no Brasil na atualidade. Eles assumiram o compromisso de nos encaminhar nas próximas semanas um escopo das discussões daqui pra frente”

Márcio Elias Rosa,
ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

da alocação de quotas de produtos siderúrgicos, com potencial impacto positivo para o Brasil. O processo de revisão terá etapas adicionais em 2027”, informou o Itamaraty, por meio de nota.

Já no caso do uso de antimicrobianos, segundo o ministério, o lado europeu “fez referência ao resultado positivo da auditoria realizada há algumas semanas no Brasil e manifestou expectativa de que, após terminados os procedimentos burocráticos, as exportações brasileiras de carne de aves e mel para a União Europeia possam ser retomadas no curto prazo.”

Em resposta, os representantes brasileiros manifestaram a expectativa de que procedimento acelerado de autorização “possa também ser alcançado para as exportações de carne bovina.”

CONTAS PÚBLICAS

Dívida ultrapassa R\$ 11 trilhões

» PEDRO JOSÉ BORGES

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) aumentou de 82,6% em julho para 82,9% em agosto, informou, ontem, o Banco Central. Em valores nominais, a dívida saltou de R\$ 10,947 trilhões para R\$ 11,055 trilhões.

A DBGG — que abrange o governo federal, os governos estaduais e municipais, excluindo o BC e as empresas estatais — é uma das referências para avaliação, por parte das agências globais de classificação de risco, da capacidade do país de honrar as suas contas.

Já a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), que leva em conta o governo federal, o BC e as estatais, saiu de 69,1% do PIB em julho para 69,3% em agosto, o que corresponde a R\$ 9,241 trilhões. A elevação foi influenciada, principalmente, pelos juros nominais apropriados, que contribuíram com 0,8 ponto percentual do PIB, e pelo deficit primário, com 0,1 ponto percentual. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela variação

do PIB nominal, que reduziu a relação em 0,4 ponto percentual, pela desvalorização cambial de 2,1%, com impacto negativo de 0,2 ponto percentual, e por ajustes da dívida externa líquida, que reduziram a relação em 0,1 ponto percentual.

No acumulado de 2026, a DLSP aumentou 4 pontos percentuais do PIB. A trajetória foi influenciada pelos juros nominais, com impacto de 5,8 pontos percentuais, pelo deficit primário, com 0,7 ponto percentual, e pela valorização cambial acumulada de 5,8%, que acrescentou 0,6 ponto percentual. O crescimento do PIB nominal, por outro lado, reduziu a relação em 3 pontos percentuais.

Os dados do BC apontam ainda que o setor público consolidado registrou deficit primário de R\$ 10 bilhões em agosto de 2026, segundo a *Nota para a Imprensa de Estatísticas Fiscais* divulgada ontem pelo Banco Central do Brasil. O resultado representa uma melhora em relação ao deficit de R\$ 17,3 bilhões registrado no mesmo mês de 2025.

Em 12 meses, o deficit primário acumulado chegou a R\$ 82,1 bilhões, equivalente a 0,62% do

Produto Interno Bruto (PIB). O resultado de agosto foi influenciado principalmente pelo deficit de R\$ 14,7 bilhões do Governo Central. Os governos regionais registraram superavit de R\$ 2,7 bilhões, enquanto as empresas estatais tiveram superavit de R\$ 2 bilhões.

Na comparação com o acumulado até julho, o deficit primário em 12 meses recuou 0,06 ponto percentual do PIB. O professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia, Benito Salomão, observa que o

resultado primário tem apresentado uma redução ao longo dos últimos anos, mas esse movimento não tem impedido o avanço da dívida pública.

“É uma situação bastante sui generis, porque o resultado primário do setor público, numa perspectiva mais longa, vem sendo mantido estável e em um nível relativamente baixo. Repare que saímos de um deficit primário de 2,4% do PIB em 2003 e estamos chegando agora a três anos consecutivos com um deficit de 0,4% do PIB. Logo, tivemos uma redução de dois pontos percentuais do PIB

no deficit, e o curioso é que a dívida continua crescendo”, afirma.

Apesar da melhora no resultado primário, as despesas com juros aumentaram. Os juros nominais apropriados pelo setor público consolidado somaram R\$ 105,9 bilhões em agosto, ante R\$ 74,3 bilhões no mesmo mês de 2025.

O resultado foi influenciado pelas operações de swap cambial, que geraram perda de R\$ 9,3 bilhões em agosto deste ano, enquanto haviam registrado ganho de R\$ 19,9 bilhões no mesmo período de 2025.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Segundo o Banco Central, o deficit fiscal atingiu R\$ 10 bilhões em agosto

No acumulado em 12 meses, os juros nominais chegaram a R\$ 1,182 trilhão, o equivalente a 8,86% do PIB. No período anterior, a despesa havia sido de R\$ 946,5 bilhões, ou 7,61% do PIB.

Com a soma do resultado primário e dos juros nominais, o deficit nominal do setor público consolidado alcançou R\$ 115,9 bilhões em agosto. Em 12 meses, o deficit nominal acumulado chegou a R\$ 1,264 trilhão, correspondente a 9,48% do PIB, com alta de 0,12 ponto percentual do PIB em relação ao mês anterior.

Para Salomão, o cenário exige uma análise mais aprofundada sobre a relação entre as contas primárias, o deficit nominal e a evolução da dívida. “Por que, mesmo diante de uma redução do deficit primário na monta de dois pontos percentuais do PIB, estamos em um contexto no qual o deficit nominal continua muito elevado, cerca de 8,5% do PIB, e a dívida pública avançando de maneira bastante aguda nesse quadro? Realmente é uma questão que vai exigir de nós uma investigação acadêmica mais profunda”, conclui.